



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Sexualidades.

É ASSIM QUE EU ME VEJO, ESSE É MEU TRABALHO, ESSE É MEU SUSTENTO: DUAS VISÕES ACERCA DA PROSTITUIÇÃO

Cindy Carolina Benedetti Fedocci¹

Resumo: A prostituição é vista com grandes estigmas, preconceitos e desigualdades. Este trabalho tem como objetivo problematizar a realidade da prostituição e também as vivências estabelecidas nesse contexto, como: a inserção na profissão, identidade e representação social, família, saúde, relação com clientes, aspectos pessoais sobre a realidade vivida, regulamentação da profissão e violências sofridas.

Palavras-Chave: Prostituição, Gênero, Questão Social, Determinação Social.

Abstract: Prostitution is seen with great stigmas, prejudices and inequalities. This work aims to problematize the reality of prostitution and also the experiences established in this context, such as: insertion in the profession, identity and social representation, family, health, relationship with clients, personal aspects about the reality lived, regulation of the profession and violence suffered.

Palavras-Chave: Prostitution, Genre, Social Question, Social Determination.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi construído a partir do resultado de uma pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso da faculdade de Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP, com orientação da Prof^a Dr^a Martha Coelho de Souza, onde foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre o tema e também de campo, bem como um estudo qualitativo com objetivo de problematizar como a profissional do sexo se vê no contexto social atual e quais as suas motivações e trajetórias que as inseriram e as mantêm na profissão.

Para compreensão do tema, é necessário levantar significados e dados históricos da profissão. A prostituição é uma expressão da questão social no Brasil, diante dos padrões da sociedade capitalista presentes no século XXI (GOIS e LIMA, 2013). Sendo ela uma profissão que se dá na base da troca, de favores sexuais por dinheiro. Uma pessoa que trabalha nesse campo é chamada de prostituta e considerada profissional do sexo, sendo um dos ramos da indústria sexual (NUCCI, 2015).

Essa atividade profissional, cujo exercício “remonta à antiguidade e que, apesar de sofrer exclusão normativa e ser condenada do ponto de vista moral ou dos “bons costumes”, ainda perdura” (WYLLIS, 2012, p. 3). É de um moralismo superficial causador de injustiças à negação de direitos aos profissionais cuja existência nunca deixou de ser fomentada pela própria sociedade que a condena. Trata-se de contradição causadora de marginalização, de

¹ Profissional de Serviço Social, PUC – CAMP, E-mail: cindycbenedetti@hotmail.com.

um segmento numeroso da sociedade, daí a importância de compreender a realidade no contexto social atual.

Existem diversas visões acerca da prostituição, porém se faz necessário discutir sobre a dicotomia das motivações de inserção na profissão, Rodrigues (2010) apresenta que, assim como qualquer outro trabalho, uma mulher pode escolher tornar-se prostituta, bem como, por outro lado, poderia estar vivendo em vulnerabilidade social, encontrando na profissão uma oportunidade de submersão à condição anteriormente vivida.

Referente a essa temática, há um contexto específico em Campinas, pois existe um bairro que possui essa atividade como o principal objetivo. O Jardim Itatinga é atualmente o maior centro de prostituição da América Latina, contendo uma média de dois mil profissionais do sexo (HELENE, 2015). Com isso, sabemos que as trabalhadoras do local encontram-se em vulnerabilidade, pois independente da motivação de inserção nesse ramo, as violações de direitos se fazem presente, seja algo que se iniciou antes e ainda perdura na profissão ou se faz presente somente após ser inserida na realidade atual. Dessa forma, torna-se oportuno o questionamento: a Prostituição em Campinas é uma opção ou uma determinação social?

1. PROSTITUIÇÃO FEMININA NO BRASIL

1.1. Construção histórica e social da prostituição

Nucci (2015) traz o significado de prostituição como um comércio sexual, no qual se utiliza o corpo para realizar uma prestação de serviços. A prostituição feminina está presente em grandes e pequenas metrópoles, de forma que, em cada época, as trajetórias, motivos e contexto social se diferenciam (SILVA, 2015), fazendo-se necessário uma compreensão crítica dessa época.

Segundo Ribeiro (1995) apud Cavour (2011) a prostituição tem suas raízes no país desde quando os primeiros homens vieram para colonizar o Brasil. Apresentando sinais claros, pois mulheres escravas além de servirem sexualmente aos seus senhores, de maneira forçada, o que se enquadra como exploração sexual, também prostituíam-se a fim de complementar a renda, onde essa ação era vista como caminho à sobrevivência, diante a pobreza existente (FERREIRA, 2004). No século XVIII, houve uma preocupação dos médicos higienistas, para manter a integridade e a moral da família, dando início à utilização de diversas formas para repreensão desse “mal” (GOIS e LIMA, 2013), tinham por objetivo, tornar a prostituição disciplinada, impedindo que as profissionais do sexo manifestassem de

forma aberrante seu comportamento sexual e que cumprissem os designios profissionais, sem prazer e sem afeição às ações executadas (RAGO, 1997 apud CAVOUR, 2011).

Um exemplo claro desses fatos históricos refere-se aos pressupostos vinculados aos ideais higienistas, em que a prostituta foi considerada como uma ameaça para a construção da família no contexto das expectativas da edificação do Estado. Nesses termos, as mulheres envolvidas na prática da prostituição foram categorizadas como responsáveis pela degradação física e moral dos homens e, por extensão, pela destruição das crianças e famílias. Ademais, elas pervertem, com o exemplo desregrado de suas vidas públicas e do exercício de sua sexualidade, a moral da mulher-mãe, cuidadora, restrita à vida privada do lar (GUIMARÃES e MERCHÁN-HAMANN, 2005 apud SERAFIM et al., 2005, p. 530).

Uma observação pertinente ao assunto se faz necessária, a qual na metade do Século XIX o desemprego era grande e como a mulher, desde muito tempo está vulnerável socialmente, não foi diferente nesse período. Então, para sua sobrevivência, tornar-se prostituta era uma ótima opção, pois havia maior expressividade de ganhos (CAVOUR, 2011; ENGEL, 1989), de forma a influenciar o aumento das casas de prostituição, por exemplo, em São Paulo, que teve seu início em meados do Século XVIII.

1.2. Duas visões acerca da prostituição

A narrativa histórica demonstra a identidade social da mulher prostituta, sendo construída como fonte de uma condição transgressora de regras e normas estipuladas pela sociedade para o exercício da feminilidade (GUIMARÃES e MERCHÁN-HAMANN, 2005), onde a prostituição é observada de maneira negativa e carregada de preconceito. Mas deixa de ser visto que o cotidiano das prostitutas é perpassado pela violência, negligência de direitos e estigmatizações, que muitas vezes não possuem um fato para se pautar (GOIS e LIMA, 2013), na qual a igreja, a sociedade e a família possuem grandes responsabilidades diante disso. Pois seja em qualquer uma dessas Instituições, existem dimensões e opiniões diferentes sobre esse fator social (LAGENEST, 1975).

No final do século XIX e início do Século XX, a prostituição ganhou espaço na sociedade brasileira, tendo então seu apogeu, tornando-se uma figura pública, já que comercializavam o corpo, mantendo longe os sentimentos de afeição e prazer (RAGO, 2008 apud CAVOUR, 2011). Dessa forma, daqueles períodos até os dias de hoje, a prostituição sempre teve suas representações sociais, possuindo uma dicotomia: exercício dessa profissão como qualquer outra, com direito à escolha e aos direitos humanos, como também a liberdade do seu corpo; por outro lado a visão da prostituição como uma forma de vitimização, onde a mulher está em uma violência social que acarretou a essa determinação (RODRIGUES, 2010; ENGEL, 1989).

A percepção conversadora, de modo geral vê a prostituta como,

(...) aquela que, ao contrário da mulher honesta e pura, vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos. Diferentemente da esposa honesta, a mulher da vida tem um apetite sexual exaltado, inato e incontrolado, que leva a precocidade na prática de perversões, ou mesmo, do coito. É burra e ignorante. Leviana, inconstante, volúvel, irregular, adora o movimento, a agitação e a turbulência. Instável física e espiritualidade. A meretriz é aquela que, gulosa é incontrolável, adora os excessos: álcool, fumo e sexo (RAGO, 1997 apud CAVOUR 2011, p. 21).

Mas há necessidade de contrapor isso, apesar das vertentes apresentadas, há alguns grupos que fazem a defesa do exercício dessa profissão como qualquer outra, com direito à escolha, cidadania e aos direitos humanos, também como a liberdade do seu corpo sendo respeitada; bem como, outro grupo que possui a visão da prostituição como uma forma de vitimização, onde a mulher está em uma violência social de forma a acarretar essa determinação (RODRIGUES, 2010). Portanto, os grupos a favor da prostituição reconhecem que se deve efetivar a sua regulamentação e os seus direitos, vendo a mulher como um ser livre com todas as ações e autonomia sobre o seu corpo e tendo em vistas essa ação como uma profissão que não difere de nenhuma outra; como também quem é contra, não partindo apenas do contexto moralista, mas contra, pois acreditam ser uma ação de degradação da mulher, sendo uma ação que não empodera, mas escraviza e tornando-a um objeto de consumo, retirando sua condição humana, com a imagem de estar à venda, aumentando a opressão de gênero, tornando-se um objeto de dominação masculina (RODRIGUES et al., 2010). Assim como Lagenest (1975) continua refletindo, que quanto mais patriarcal for a estrutura da sociedade localizada, maior será a diferença entre a moral sexual do homem com a mulher, assim, maior também será a consideração de poder do homem sobre a mulher, onde essa é obrigada a servi-los através do prazer.

No imaginário coletivo, ainda se encontram pensamentos negativos acerca dessa profissão e em grande parte são associados aos julgamentos morais gerando sentimentos de aversão diante disso (GOIS e LIMA, 2013). Porém, se faz necessário o questionamento da escolha e o modo de vida, sendo ou não a maneira mais fácil de obtenção de dinheiro.

(...) Por um lado, a prostituição não oferece barreiras intelectuais, físicas e financeiras, ou seja, não é necessário nenhum pré-requisito para se prostituir. Tudo o que é preciso saber pode-se aprender na prática. Neste sentido, pode parecer fácil se prostituir, pois não é preciso ter pré-requisitos. Basta oferecer seu próprio corpo, você mesmo. Entretanto, até que ponto é fácil se doar por completo, dividir sua maior intimidade, se submeter às maiores violências contra si mesmo?" (FERREIRA e PEREIRA, 2011, p.10).

1.3. Atual realidade da prostituição e o comércio sexual

No Brasil, desde 1997, houve a tentativa da regulamentação da prostituição como profissão, porém todos os projetos expostos até o momento não alcançaram o fim do entrave burocrático gerado pelo Poder Legislativo, unicamente por falta de interesse dos

parlamentares, onde, mesmo obtendo a legalização, essa atividade ainda seria vista como um comportamento imoral e que foge das condutas éticas criadas pela sociedade. Dessa forma, o próprio Legislativo cria resistência para a criação dessas normas (FEIJÓ e PEREIRA, 2014), “preferem fechar os olhos à realidade, agem como se as pessoas que se prostituem não existissem, como se essa questão não merecesse atenção” (SANTOS, 2016 p. 7). O autor continua apresentando sua indignação, afirmando a covardia que o congresso demonstra, além do desinteresse com esse grupo, de forma que ignoram a viabilidade de atenção às pautas que buscam a efetivação de direitos às prostitutas.

A proposta mais recente apresentada ao Poder Legislativo visando a regulamentação da prostituição como profissão foi levantada pelo Deputado Jean Wyllys, onde o Projeto de Lei número 4.211/2012 é conhecido pelo nome “Gabriela Leite”, que foi intitulada em homenagem a profissional do sexo que possui esse nome. Ela era militante dos Direitos Humanos, mais especificamente pelos direitos das prostitutas, também foi a fundadora da ONG “Davida”, que tem como missão o fortalecimento da cidadania das profissionais, bem como mobilização e organização da categoria e promoção dos direitos (WYLLYS, 2012).

2. PROSTITUIÇÃO E VULNERABILIDADE SOCIAL

*“Quem não compreende um olhar, tampouco
Compreenderá uma longa explicação”
(Mário Quintana)*

2.1. Prostituição e questão social

No tópico anterior, expusemos as consequências do estigma social gerado em relação à prostituição que, segundo Ferreira e Pereira (2011), consistem na exclusão social, diante dos moldes da sociedade capitalista do século XXI existente em nosso país. Sabendo que a mesma é vista de modo negativo, que não se trata apenas de uma situação pontual e isolada, pois não podemos nos esquecer do cotidiano que levam, que é totalmente atravessado pela violência, falta de acesso aos direitos fundamentais, estigmatização e raramente são abordadas com preocupação mínima como um cidadão comum (GOIS e LIMA, 2013).

Sabemos que as profissionais do sexo podem realizar a escolha de atuação na profissão ou participarem dela por uma determinação social, mas, seja qual for o motivo que a inseriu na profissão, ainda possui em sua vivência as diversas desigualdades sociais, econômicas e políticas, ou seja, os resquícios gerados pela relação de tensão entre capital e trabalho, fazendo parte do seu cotidiano as expressões da questão social. A ação de se prostituir não é um problema, mas sim a exclusão que foi ou é gerada, assim como toda

falta de reconhecimento e desamparo legal das profissionais, bem como as consequências e a convivência social, o que também acarreta e gera as desigualdades por elas presenciadas (NUCCI, 2015). Apesar de ainda ser correlacionada à marginalização, se faz presente também a reivindicação dos direitos das profissionais do sexo para o exercício laboral de forma digna, com a efetivação e reconhecimento de sua cidadania (GUIMARÃES; MERCHÁN-HAMANN, 2005), pois dentro desse contexto de vulnerabilidade também se constata dois fatos: as desigualdades de gênero e/ou socioeconômicas (FIGUEIREDO; PEIXOTO, 2010).

2.2. O mundo de fora e de dentro: representações e estigmatização da prostituição

Goldwasser (1979) apud Gois e Lima (2013) definem estigmatização como forma de categorização social de um grupo ou indivíduo reconhecer o outro com características seletivas determinadas como negativas pelo sujeito classificante. Assim, os valores e crenças ocorrem para a construção de uma cultura, bem como uma realidade comum para o conjunto social, tipificando como representações sociais (GOIS e LIMA, 2013).

Podemos observar que existem identidades e papéis sociais dessa profissão que geram frutos de inúmeros preconceitos (CAVOUR, 2011), assim também é preciso ter a compreensão de que da mesma situação existem o “mundo de fora”, a qual se refere pelo governo moral e estabelecido socialmente e o de “dentro”, que são valores e expressões internas, que muitas vezes se tornam antagônicos ou incompatíveis com os de fora, como no caso da prostituição (CASTRO, 1993 apud GOIS e LIMA, 2013), onde podemos refletir que não cabe intitular a prostituta uma atuante em tempo integral, é necessário ressaltar que, assim como qualquer indivíduo que possui um trabalho externo, ela também possui outros papéis sociais, porém “por meio do preconceito, a sociedade tende a discriminá-la como mãe de família ou até como cidadão, simplesmente por ser meretriz” (CAVOUR, 2011, p. 71).

3. É ASSIM QUE EU ME VEJO, ESSE É MEU TRABALHO, ESSE É MEU SUSTENTO: DUAS VISÕES ACERCA DA PROSTITUIÇÃO.

3.1. Uma realidade nada distante

O bairro Jardim Itatinga está situado na cidade de Campinas/ São Paulo. Fica às margens da rodovia Santos Dumont, que interliga as rodovias Anhanguera - Bandeirantes aos municípios do interior do estado. Sua criação aconteceu nos anos 60, estrategicamente realizado pelo poder público, com objetivo de concentrar todas as atividades ligadas a

prostituição da cidade, garantindo seu zoneamento fora do espaço urbano consolidado na época (HELENE, 2015).

Antes da destinação desse bairro, a prostituição acontecia em casas de tolerância que eram aparentemente comuns, que poderiam ser confundidas com casas de família, assim como nas ruas espalhadas da cidade, não existindo então um espaço/zona destinada a essa atividade, “embora a maioria dessas casas, bem como das prostitutas de rua, se concentrassem no bairro do Taquaral, um bairro distante do centro para época” (MAZZARIOL, 1976, p. 14), que apesar de a cidade ser pequena limitava-se à área central e apenas a alguns bairros, como Cambuí, Ponte Preta, Taquaral e Guanabara.

Em meados de 60, o poder público começou a investir na expansão periférica da cidade, compreendendo que,

O cenário desse período era marcado pelos primeiros anos da ditadura após o golpe militar de 1964. O país estava sendo atravessado por ações violentas que buscavam reestabelecer a “moral” e a “ordem”. Nesse sentido, o Estado utilizou o planejamento urbano como suporte burocrático do terror para introjetar a disciplinarização no cotidiano das cidades. Não por acaso, a prostituição foi um dos primeiros alvos dessas intervenções na cidade de Campinas (HELENE, 2015, p.2).

Em 1966, deu-se o início a “Operação Limpeza”, que visava a eliminação da prostituição presente no município até o momento. Essa ação se deu de utilizando-se força policial que foi extremamente violenta, bem como todo um planejamento urbano foi realizado e o consenso de opinião pública, a qual sabemos que eram das pessoas que se incomodavam com as ações das prostitutas e que acreditava que essas mulheres não faziam parte do contexto da classe média que eram comuns nos bairros localizados.

Depois de muito planejamento da prefeitura com os corretores dos loteamentos mais afastados do perímetro urbano, através de muita luta e resistência das prostitutas, em 1967 foi inaugurada o Jardim Itatinga, onde em 1968 já possuía vinte bordéis funcionando e em dois anos já haviam realocado toda a prostituição da cidade no novo território (HELENE, 2015). Hoje, ainda existem outros pontos de prostituição em Campinas, porém a maior parte das profissionais do sexo se encontram no Jardim Itatinga, que é considerado a maior zona de prostituição da América Latina. Além da atividade nas calçadas, existem dezenas de boates, casas de show erótico ou de travestis, pequenos motéis, bares e prostíbulos. Dados do Centro de Saúde do território indicam que trabalham cerca de dois mil profissionais do sexo no local, distribuídas em cerca de duzentas casas de prostituição.

RESULTADO DA PESQUISA

Inicialmente, objetivamos investigar as trajetórias e motivações das profissionais do sexo, assim como problematizar as representações coletadas em contraponto com as

diferentes concepções acerca dessa atividade. Tendo como hipóteses que: as profissionais do sexo se veem de forma desvalorizada e a sociedade compreende essa escolha profissional como uma forma de obter dinheiro fácil e a motivação e trajetória que levaram essas mulheres a participar dessa classe profissional foi o desemprego, de forma que essa não foi então uma opção, mas sim uma determinação social.

Ao realizarmos a pesquisa de referencial teórico, já pudemos verificar que as supostas hipóteses não se enquadrariam em cem por cento das profissionais do sexo. Que, assim como muitas são inseridas na profissão por uma determinação social, muitas também podem escolher estar nessa profissão. Isso se concretizou quando realizamos as entrevistas com as depoentes, pois cada uma apresenta uma faceta desse contexto (Foram entrevistadas duas profissionais do sexo, utilizamos nomes fictícios para diferenciá-las, sendo elas: Bruna e Gisele).

Assim, se concretiza o que diz Rodrigues (2010), a prostituição possui diversas facetas de representações sociais, porém, em grande parte se faz real em sua dicotomia: o reconhecimento da profissão como qualquer outra, onde a mulher se empodera, escolhe entrar e permanecer dentro dessa profissão e, por outro lado, a prostituição como aquela que vitimiza a mulher, onde sua inserção e permanência na profissão se dá através de uma determinação social, que muitas vezes acarreta à violência.

Gois e Lima (2013) também apresentam que, independente dessas escolhas/motivações, o cotidiano da prostituta está perpassado pela violência, não só as que geram marcas, mas sim pelos estigmas contidos no senso comum, bem como a negligência dos direitos, tanto trabalhistas como de ser um indivíduo que possui suas escolhas respeitadas. A colocação desses autores se faz presente em nossa conclusão, pois pudemos ver que ambas as entrevistas, seja em maior escala ou não, sofrem a estigmatização da profissão.

Apesar de ambas estarem na profissão por uma determinação social, o antagonismo entre as depoentes se faz real quando, principalmente, apresentam a maneira que se reconhecem e os motivos que as mantêm dentro da profissão. Através da entrevista com a Bruna, vemos que, apesar de chegar à cidade de Campinas muito nova, veio sem o intuito de se tornar prostituta, sua motivação era de gerar oportunidades para uma vida melhor aos pais, porém, hoje, com vinte e sete anos de profissão, se reconhece como prostituta e está inserida nas lutas por essa categoria. Toda sua família possui o conhecimento de sua profissão e por onde caminha deixa bem claro que “sou puta mesmo”. Dessa forma, podemos reconhecê-la de forma tão empoderada que não paralisa nos estigmas e violências pronunciados a ela, mas, pelo contrário, encontra impulso para lutar contra isso.

Por outro lado, temos Gisele, que também não migrou para Campinas com a intenção de se tornar prostituta novamente, mas sim em busca de uma colocação no

mercado de trabalho em outra área. Mas sofreu os estigmas gerados pela sociedade capitalista, onde não encontrando emprego, achou na prostituição uma forma de ganhos financeiros. Podemos lembrar do que Nucci (2015, p.133) disse “é certo que com menos pobreza haveria menos prostituição”, pois se tivesse encontrado oportunidade como manicure, a própria entrevistada verbaliza que não iria se inserir na atual profissão. Hoje sua motivação são os filhos que, diferente de Bruna, não possui o conhecimento do trabalho da genitora. Anterior à ascensão de ganhos, sua família esteve totalmente imersa às expressões da questão social, então por medo do ocorrido, continua na profissão.

Através do apresentado, podemos ver que ter consciência das facetas existentes é de extrema importância e que não é possível estabelecer qual lado está correto ou qual é melhor para a prostituta, pois cada uma possui uma vida singular, não sendo possível se equiparar a nenhuma outra. É preciso ter a compreensão de que ambas são sujeitos. Tanto aquela que opta por se inserir e se manter na profissão, como aquela que está sendo vítima e que deseja estar fora desse contexto, qualquer profissional do sexo é um sujeito! Sendo ele um sujeito de direito, que precisa ser totalmente respeitado pelas suas escolhas e ajudado, caso necessite e queira uma submersão a algo novo. Assim, compreendemos que ambos os lados da faceta são vítimas de uma sociedade perversa, que acredita ter uma verdade absoluta, porém não reconhece que algo está errado. Que se quer impor tais concepções sobre o outro, sem dar espaço e autonomia para suas escolhas, que fecha os olhos para aquilo que considera sujo, coloca suas mãos para trás para aquele que muitas vezes, desesperado, pede por socorro. Não podemos esquecer então, de forma alguma, que a prostituta é um sujeito, um ser de direitos que necessita de respeito e compreensão.

REFERÊNCIAS

- CAVOUR, Renata Casemiro; JABLONSKI, Bernardo. **Mulheres de família: papéis e identidades da prostituta no contexto familiar**. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 58 2011. Disponível em: <http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqt ese=0912457> 2011 | [ndice.html](#)> Acesso em: 13 mar. 2018
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: Saber médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. Editora Brasiliense, 1ª edição, 1989.
- FEIJÓ, Maurício E. V.; PEREIRA, Jeseana B. **Prostituição e preconceito: uma análise do projeto de lei Gabriela Leite e a violação da dignidade da pessoa humana**. Cadernos de Graduação Maceió v. 2 n.1, Maio 2014, p. 39-57. Disponível

em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/viewFile/1348/796>>
Acesso em: 18 mai. 2018

FERREIRA, Fernanda de Fátima. **Vulnerabilidades sociais das mulheres em situação de prostituição**. 2004. 91 p. Monografia (Conclusão de Curso) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Serviço Social.

FERREIRA, Isabel B; PEREIRA, Mayra C. **Prostituição: Opção ou Determinação Social?** 20º Encontro de Iniciação Científica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. Disponível em:
<http://www.pucsp.br/iniciacaocientifica/20encontro/downloads/artigos/ISABEL_BERNARDES_FERREIRA_e_MAYRA_CARDOSO_PEREIRA.pdf> Acesso em: 17 abr. 2018

FIGUEIREDO, Regina; PEIXOTO, Marcelo. **Profissionais do Sexo e Vulnerabilidade**. Boletim do Instituto de Saúde, v. 12 n° 2. P. 196-201. São Paulo. Agosto, 2010.

GOIS, Maíra L. de; OLIVEIRA, Marcus E. de. **De dentro de fora e de fora de dentro: Representações sociais da prostituição feminina**. Revista Interações - v. 9, n. 23, pg. 71 – 87, 2013. Disponível em:
<<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/2820/2324>> Acesso em: 19 abr. 2018

GUIMARAES, Katia e MERCHAN-HAMANN, Edgar. **Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2005, vol.13, n.3, pp.525-544.

HELENE, Diana R. **Preta, pobre e puta: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga**. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015. 339f. Disponível em: <
<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2016/TesesPremiadas/Planejamento-Urbano-Regional-Demografia-Diana-Helene-Ramos.PDF>> Acesso em: 20 de set. 2018.

LAGENEST, J. P. Barruel de. **Mulheres em leilão: Um estudo da prostituição no Brasil**. – 2 ed. Editora Vozes. 1975

MAZZARIOL, Regina M. **Mal necessário**. Dissertação, mestrado em Ciências Social. Universidade Estadual de Campinas. 1976. 244f

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prostituição, Lenocínio e Tráfico de Pessoas - Aspectos Constitucionais e Penais**. 2ª Ed. Editora GEN – Grupo Editorial Nacional, Rio de Janeiro, 2015

RAGO, M. **Os prazeres da noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RODRIGUES, Renato Mori. **Prostituição e construção de carreira: um estudo sobre o trabalho de prostitutas no centro de Salvador.** Orientador Marcela Afonso Ribeiro. – São Paulo, 2010, 107 f.

SANTOS, Gabriel Dos. **Regulamentação da prostituição no Brasil: analisando o problema da prostituição como forma de dominação masculina e a necessidade de garantir direitos às prostitutas**, in: Relatório PIBIC, PUC – Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:
<http://www.pucRio.br/pibic/relatorio_resumo2016/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Gabriel_Santos.pdf> Acesso em: 15 mai. 2018.

SILVA, Maria E. **O que é ser Puta? Uma história da prostituição em Delmiro Gouveia.** 9 p. Artigo nº 7, 2015. Disponível em:
<<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/Artigoenlan%C3%A7ados-ELIELMA-CORRIGIDO-CONCLUIDO.pdf>> Acesso em: 05 mai 2018.

WYLLYS, Jean. **Projeto de Lei nº 4.211, de 2012 - Gabriela Leite.** Legislação Federal. Disponível em:
<https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829> Acesso em: 17 mai. 2018